

**34ª Reunião Brasileira de Antropologia**  
**23 a 26 de julho de 2024**  
**UFMG, Belo Horizonte / MG**

**Quando a Antropologia transpassa fronteiras entre o Ensino e a Extensão: a aplicação de diálogos feministas no enfrentamento à violência de gênero<sup>1</sup>**

Flávia Valéria Cassimiro Braga Melo/UEG<sup>2</sup>

**Resumo**

Proponho relatar sobre minhas vivências (enquanto professora e antropóloga) em ações extensionistas, tendo como foco o enfrentamento à violência doméstica e familiar, com mulheres que vivem na periferia da região metropolitana goiana. Sem a intenção de romantizar esse trabalho, farei relato sobre as dificuldades estruturais e financeiras, além das limitações e impedimentos que nos atravessaram durante a execução desse projeto. O Projeto de Extensão “Diálogos Feministas: rodas de conversa sobre o ciclo da violência doméstica e familiar” (em sua terceira edição) foi originado do ensino de *Antropologia Jurídica*, com estudantes do curso de Direito, numa Universidade Pública Estadual (UEG), quando abordávamos temas do ementário. Nessa experiência, a extensão universitária nos transportou da sala de aula e nos levou até a comunidade. Como resultado, os diálogos feministas (em rodas de conversa) puderam ser aplicados como estratégia emancipatória, possibilitando-nos fazer a aplicação de epistemologias feministas e de *Leis Mulheristas* brasileiras. Temos vivido a experiência da interlocução, escuta, troca de experiências, saberes e acolhimento de mulheres, além de poder divulgar os canais de denúncia para o rompimento do ciclo de violência doméstica e familiar. Enfim, pretendo descrever neste grupo de trabalho sobre a experiência da extensão como um devir antropológico, que também nos transforma e nos torna mais úteis, dentro e fora da academia.

**Palavras chave:** Antropologia. Extensão Universitária. Violência doméstica.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024), na UFMG, Belo Horizonte: MG. GT 21: Antropologia e Extensão Universitária, coordenado por Fernanda Valli Nummer (UFPA), Maria Cristina Caminha de Castilhos França (IFRS), Carlos Alberto Batista Maciel (UFPA).

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais, Mestra em Ciências da Religião e Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Goiás. Professora da Universidade Estadual de Goiás. Filiada à Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Coordenadora do Programa de Extensão “Justiça Social: inclusão, diversidade e direitos humanos” e coordenadora do Projeto de Extensão “Diálogos Feministas: rodas de conversa sobre o ciclo da violência doméstica e familiar”. E-mail: flavia.braga@ueg.br.

## **1 Quando as fronteiras se diluem: o ensino de Antropologia e a extensão universitária, como pontos de partida para a construção de um projeto mulherista**

Esse relato de experiência versa sobre minha atuação enquanto antropóloga, professora e coordenadora de um projeto de extensão chamado “Diálogos Feministas: rodas de conversa sobre o ciclo da violência doméstica em familiar”, que está em sua terceira edição, em 2024.

Sou professora de Antropologia Jurídica, no curso de Direito (Campus Metropolitano/Sede Aparecida, da UEG) e, considerando a realidade de várias universidades públicas do país, temos recebido alunas e alunos que já ingressam na academia polarizados, ou seja, uma parte apoia e articula as pautas dos direitos humanos e, a outra parte, se fecha para o debate, o que requer maior incentivo à criticidade e reflexão, principalmente em relação aos temas envolvendo racismo, machismo, homofobia, transfobia, marco temporal, reforma agrária, etc. Tal realidade exige de nós professoras/es uma maior conscientização e engajamento com os temas que trabalhamos em nossos ementários e conteúdos, principalmente quando nos vemos sozinhas/os/es ou muito pouco acompanhadas/os/es de discentes e colegas docentes dos colegiados que pertencemos, como é o caso do curso de Direito, que é majoritariamente conservador, masculino, heteronormativo, branco e classista.

O estado de Goiás é um dos núcleos bolsonaristas mais desafiantes para nós professoras e professores abordarmos temas sensíveis em sala de aula (não só na rede estadual ou particular de ensino fundamental e médio, mas no ensino superior também), principalmente se o debate abordar assuntos sobre laicidade, gênero e racismo. Não é à toa que Goiás tem sido um dos estados favoritos de Jair Bolsonaro, que o recebe de braços abertos para ser pavoneado e ovacionado por seus admiradores.

Aqui em Goiás predomina a força hegemônica do agronegócio, do neoconservadorismo cristão e da elite classista, formada por cidadãos armamentistas. Para termos ideia, por exemplo, de acordo com o Jornal O Popular (2021),<sup>3</sup> apenas entre os anos 2019 e 2020, ou seja, dentro de um curto período de um ano, a venda de armas cresceu 145%. Por outro lado, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) apontou que entre os anos de 2019 e 2022, nós tivemos um aumento de 121,4% de casos de feminicídio em Goiás, colocando-nos em sétimo lugar entre os estados com maior

---

<sup>3</sup> Veja mais em: <https://opopular.com.br/cidades/venda-de-armas-cresce-145-em-goias-em-um-ano-1.2200991>.

crescimento de assassinato de mulheres, por esse tipo de crime. Tal constatação expõe que uma mesma população que se armou mais num determinado período, demonstrou ter sido mais violenta com as mulheres.

Esse cenário é um desafio grande para as agendas de direitos humanos das mulheres. O projeto foi proposto porque queríamos ampliar o debate de gênero nos espaços da universidade, no entanto, a maior parte da bibliografia (básica e complementar) existente nos ementários dos cursos de Direito no Brasil é composta por autores homens, heterossexuais e brancos, cuja literatura é ancorada no positivismo jurídico. Assim, as epistemologias trazidas por esses autores, bem como suas perspectivas e visões de mundo sobre justiça e direitos humanos das mulheres são na maior parte das vezes androcêntricas.

Diante desses desafios, as discussões críticas produzidas em torno do ensino de Antropologia passaram a ressoar nas minhas práticas enquanto professora e antropóloga, colocando-me à prova, criticando-me, sobre o que eu estaria fazendo para mudar isso. Tem sido crescente o reconhecimento de que a Antropologia, em especial, a latino-americana, esteja passando por uma virada epistemológica e metodológica importante e necessária.

Dos desdobramentos dos anos 1970 para cá, o fazer descolonial (Mignolo, 2007) aprofundou os debates em Antropologia e, assim, ideias foram colocadas em xeque, como por exemplo, alargou-se o debate sobre a colonialidade, a naturalização do racismo, as violências e o patriarcalismo. Dessa maneira, foram lançadas luzes para outros caminhos, outras epistemologias, outros lestes. Como resultado, muitos trabalhos etnográficos estão discutindo temas outrora marginais e estão adotando uma diligência mais cuidadosa em relação à luta travada pelos grupos estudados.

Quanto à sala de aula, professoras e professores de nossa área têm recorrido a uma antropologia mais engajada, tendo como aliadas, por exemplo, a metodologia Paulo Freireana de ensino, que vê na luta por direitos uma importante prática docente e a proposta de educação transformadora e transgressora de bell hooks (2017), nos instiga a fazer da sala de aula um lugar mais democrático e provocador de responsabilidades.

Ao discutir nas aulas de Antropologia Jurídica, por exemplo, sobre a cultura do machismo e a luta do feminismo pela igualdade de gênero e conquista de direitos, passei a conversar sobre possibilidades que nos permitissem ampliar as perspectivas sobre os temas de gênero e popularizar o conhecimento sobre o pensamento feminista. Paulo

Freire (2022) em “Pedagogia da Autonomia” explica que ensinar exige a compreensão de que a educação é uma forma de intervenção no mundo.

A autora feminista bell hooks (2019) define o feminismo como um movimento criado para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão, em que os homens não são compreendidos como inimigos das mulheres, pois o foco, para ela, precisa ser dado à questão do sexismo, analisando-o como o problema central a ser discutido e enfrentado. Para bell hooks, a equivocada ideia de que o movimento feminista seja anti-homem é um pensamento que precisa ser superado, até mesmo porque deve-se reconhecer o fato de que mulheres também sejam portadoras de pensamento sexista.

Trazer o feminismo para o campo de estudos acadêmicos não possui apenas um objetivo epistemológico, mas também metodológico porque ele serve como uma lente de análise sobre as mulheres em diferentes contextos. Para bell hooks (2019, p. 25), as “feministas são formadas, não nascem feministas”. Isso tem a ver com um processo de conscientização, de desconstrução, em que as mulheres, deixam de competir umas com as outras. Por isso, ela fala sobre a “conscientização feminista revolucionária” (p.25) e sobre a importância de entender sobre o patriarcado para que este possa ser compreendido como um “sistema de dominação”, profundamente enraizado e mantido pela nossa sociedade.

Enfim, o projeto foi motivado pelas provocações dialógicas durante as aulas de Antropologia Jurídica, dentro de uma universidade pública estadual, quando abordávamos sobre a cultura do machismo, o alto índice de feminicídio no Brasil e em Goiás e sobre o nosso desejo de fazermos algo que não ficasse restrito ao campo teórico. Dessa forma, nessa experiência, a extensão universitária nos transportou da sala de aula e nos levou até a comunidade.

## **2 Descrição sobre o Projeto *Diálogos Feministas***

Foi nessa conjuntura *bolsonarista* e pandêmica que o projeto de extensão *Diálogos Feministas* foi criado. Ele foi cogitado durante as aulas remotas de antropologia e submetido como proposta de extensão universitária, junto à *Pró Reitoria de Extensão* da UEG, no segundo semestre de 2021, recebendo aprovação do colegiado para começar no início do ano 2022, com projeção para ser realizado pelo *Google Meet*. A segunda edição ocorreu no ano seguinte, em 2023 e a terceira está em curso (2024),

ambas pela modalidade presencial.

De maneira resumida, esta ação extensionista está vinculada ao Programa de extensão *Justiça Social: Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos* e trabalha em parceria com outros projetos extensionistas do programa. O *Projeto Diálogos* conta com a participação de discentes (bolsistas e voluntárias/os/es) para atuarem nas ações de extensão e são divididos em três frentes principais: comissão organizadora, monitoria e mediação das rodas de conversa (palestras).

Seu cronograma é anual e inclui várias etapas: planejamento; criação dos conteúdos para as rodas de conversa (*slides e folders*); formação interna para monitores e palestrantes; divulgação (com cartazes impressos e digitais); inscrição da comunidade; execução das rodas de conversa; avaliação e encerramento. A cada edição, o primeiro semestre é dedicado para a formação de estudantes extensiosistas e o segundo semestre é voltado para a execução das rodas de conversa, com um (01) encontro mensal, na comunidade, perfazendo um total de cinco (05) encontros, com início em agosto e encerramento em dezembro, com exceção do ano de 2022, cujos encontros foram quinzenais, com dez (10) encontros online, no total.

Quanto à metodologia, a roda de conversa tem sido adotada como uma possibilidade metodológica muito empregada por movimentos e coletivos feministas. Por isso, ela está sendo aplicada como uma potente ferramenta de interlocução e reflexão.

O projeto se inspira no método paulofreiriano de ensino, visto que as rodas de conversa possuem um caráter educativo, centrado na emancipação das mulheres participantes do projeto. Também fazem parte da metodologia de nossas rodas de conversa a perspectiva do amor e da emancipação das mulheres, tendo como âncoras principais as autoras bell hooks (2019) e Glória Anzaldúa (2000).

Tal método tem permitido a inserção de temas tratados nos ensinamentos de Antropologia, conectados a outras disciplinas (como por exemplo, Introdução do Estudo do Direito, Sociologia Jurídica e Direitos Humanos), como bases epistemológicas para a elaboração de ações comunitárias (extensão universitária), tendo como foco a aplicação de projeto de cunho social. Temos adotado como base filosófica, vertentes feministas antirracistas do direito crítico (Lívia Sant'anna Vaz e Chiara Ramos, 2021) e a educação popular de Paulo Freire (FREIRE, 1996).

A abordagem do feminismo num projeto de extensão foi idealizada para que o mesmo fosse compreendido em suas pluralidades. Mary Castro (2019) analisa que as

correntes juvenis feministas contemporâneas vêm discutindo em suas pautas a questão da emancipação de todas as pessoas, e que isso tem sido usado como um projeto para todas as mulheres com fins de acesso aos “sistemas de classe, raça, gênero e domesticação de vontades que questionam além do patriarcado, o racismo e o sistema de classes sociais” (2019, p.8).

Quanto aos seus objetivos, de maneira geral, o projeto visa à mediação de diálogos feministas e reflexivos com a comunidade externa participante, incluindo mulheres que já viveram ou ainda vivem em situação de violência doméstica e familiar. Em relação aos objetivos específicos, tem-se como propósito o alcance da comunidade interna e externa, da seguinte forma:

- Apresentar a relevância de leis protetivas às mulheres. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006) e Violência Psicológica (lei 14.188/2021).
- Contribuir para o entendimento sobre o que é o ciclo da violência doméstica e familiar e como ele incide.
- Incentivar a formação em antropologia jurídica, por meio da compreensão teórica sobre as interseccionalidades (gênero, classe, raça/etnia, sexualidade, regionalidade, geração, religião, etc).
- Reconhecer a agenda do enfrentamento à violência doméstica e familiar como uma das principais pautas do feminismo latino-americano.
- Incentivar estudos acadêmicos e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) relacionados às temáticas de gênero e pautas feministas.
- Discutir e conscientizar sobre as desigualdades de gênero, raça, classe, geração, etc.
- Apoiar estudantes que desejam atuar por meio da formação em Direito em prol da defesa dos Direitos Humanos e das Mulheres, na promoção da igualdade de gênero e no enfrentamento às violências de gênero.
- Construir redes de apoio e espaços diálogo, escuta, troca de experiências, saberes e acolhimento de mulheres.
- Divulgar os canais de denúncia e incentivar o rompimento definitivo do ciclo de violência doméstica e familiar.
- Capacitar acadêmicas/os da UEG em ações extensionistas.
- Contribuir para a formação de pessoas engajadas em coletivos e ativismos feministas.

Assim, temos como meta a ampliação do entendimento sobre os temas de gênero, para a maior popularização do pensamento feminista latino-americano. Em

outras palavras, a ideia tem sido desmistificar os preconceitos e tabus sobre o que vem a ser uma perspectiva feminista e oportunizar espaços de leituras e diálogos para apresentá-lo como uma importante ferramenta de luta pela igualdade de gênero e conquista de direitos.

Enfim, nessa conexão entre antropologia e o direito, o projeto está sendo trabalhado como um convite à autoconscientização e autotransformação das mulheres participantes e, estamos tentando alargar o entendimento sobre o que vem a ser “feminismo,” para que a cultura da violência praticada contra as mulheres seja cada vez mais desnaturalizada. Muitas mulheres se mantêm enredadas em espirais de violência por não terem redes de apoio e de reflexão sobre as diferentes formas de violência. Dessa forma, por meio da metodologia paulofreiriana, com foco no enfrentamento à violência doméstica e familiar, ao conversarmos com essas mulheres sobre os diversos contextos do ciclo da violência, temos conseguido conversar sobre igualdade de gênero e a quebra definitiva da espiral de violências como caminhos possíveis, de esperança e de superação, para uma vida sem violências.

### **3 Sobre nossas vivências, afetos e intervenções**

Como já mencionado, por causa da pandemia da *Covid 19*, as atividades do *Projeto Diálogos* iniciaram pelo *Google Meet*. Na época, tivemos como público alvo (comunidade externa) mulheres em geral, no entanto, houve uma participação quase que integral de mulheres acadêmicas, matriculadas em diferentes cursos de graduação e instituições. Contou-se com a participação de pessoas de diferentes cidades, universidades, cursos de graduação e áreas de conhecimento, como, por exemplo, estudantes de arquitetura, pedagogia, direito, administração, etc...

Nessa edição de 2022, realizamos ao todo dez rodas de conversa, com participação que variava entre 40 e 120 acessos, em média. O projeto utilizou um perfil no *Instagram*<sup>4</sup> para interagir com a comunidade, fazer a divulgação de cada roda de conversa e promover a criação de conteúdos sobre as temáticas abordadas, que ainda está em atividade. Na época, decidimos convidar professoras, pesquisadoras e ativistas como palestrantes.

---

<sup>4</sup> Nosso perfil no *Instagram* está registrado como @projetodialogos\_ueg, disponível em: [https://www.instagram.com/projetodialogos\\_ueg?utm\\_source=ig\\_web\\_button\\_share\\_sheet&igsh=ZDNiZDc0MzIxNw==](https://www.instagram.com/projetodialogos_ueg?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igsh=ZDNiZDc0MzIxNw==). Acesso em 22 jun. 2024.

Foi uma experiência muito marcante. Nessa época, decidimos não gravar, nem transmitir as *lives* dessas rodas de conversa, porque queríamos tornar o espaço mais seguro e acolhedor, para que as participantes não se sentissem intimidadas, nem constrangidas em conversar sobre suas experiências de vida. Também não exigimos das participantes o uso obrigatório da câmera aberta e nem da menção de seus nomes vernáculos na identificação da plataforma Meet. A proposta pareceu acertada, porque muitas participantes, ao notarem nossa preocupação em tornar aquele ambiente seguro, decidiram não adotar o anonimato, talvez, por se sentirem seguras em expor situações pessoais sensíveis.

Nessa experiência, foi possível colocar o assunto em discussão, com possibilidade de acolhimento e respeito. Lembro-me, por exemplo, que uma das participantes comentou com a gente, numa das rodas de conversa, que ela havia feito uma denúncia recente de violência doméstica, contra seu ex-companheiro. Ela falou sobre o sentimento de culpa, vergonha e pressão que estava sofrendo, incluindo seus familiares, que tentavam convencê-la de fazer a anulação da Medida Protetiva de Urgência<sup>5</sup> (que a justiça havia concedido a ela), sob o argumento de que ela tinha uma filha com o agressor. O apoio das outras participantes foi notório.

Encerramos essa edição com um forte desejo de continuar, com o intuito de poder discutir mais profundamente sobre as relações de gênero como algo estrutural, predominante em nossa sociedade, que transcende as disciplinas e áreas de conhecimento.

Na segunda edição (ano 2023), o projeto ocorreu de modo totalmente presencial. Dessa vez, decidimos alcançar mulheres que estavam fora dos ambientes acadêmicos. Ao invés de recebermos a comunidade no campus, nós fomos até ela. O local escolhido para a realização das rodas de conversa foi a comunidade *Alto da Boa Vista*, que é uma área de ocupação, situada na periferia de Aparecida de Goiânia. Nesse ensejo, o projeto contava com a colaboração de 42 discentes extensionistas (quarenta voluntárias/os e duas bolsistas). Quanto à inscrição da comunidade externa (para a participação das rodas de conversa), delimitamos um total de 40 vagas, para melhor acompanhamento e acolhimento das participantes. Dessa vez, nos preparamos para formar palestrantes internamente, para incentivar o protagonismos de estudantes

---

<sup>5</sup> A Medida Protetiva de Urgência é um rol de medidas de proteção às vítimas de violência, assegurada pela Lei Maria da Penha. Para maiores informações: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/o-nucleo-judiciario-da-mulher/medidas-protetivas-de-urgencia>. Acesso em 21 jun. 2024.



extensionistas do curso de Direito.

Para essa segunda empreitada, recorreremos ao apoio do CREAS II (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), instalado num bairro próximo, no mesmo município. O CREAS é uma unidade gerida pela prefeitura municipal, criada para a realização de Assistência Social, com atendimento às famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. A parceria foi (e ainda tem sido) de grande importância para nós, visto que temos tido o acompanhamento de uma psicóloga<sup>6</sup> dessa instituição parceira durante as rodas de conversa, que atua como equipe interdisciplinar, no acolhimento às mulheres participantes do projeto. Com o apoio do CREAS, temos recebido maior suporte, aliás, muito necessário nos casos de acolhimento e intervenção, pensando no bem estar das participantes.

Quanto ao planejamento e formação, no primeiro semestre de 2023, fizemos reuniões de planejamento e formação teórica, para estudo da legislação e teorias críticas do Direito. Também fizemos o lançamento de uma mesa temática, para abertura do período de inscrições à comunidade e também visitamos uma rádio local, para convidarmos a comunidade para se inscrever no projeto. Já no segundo semestre, fomos à comunidade para executar as rodas de conversa com as recém inscritas. É importante salientar que o prédio que utilizamos para as rodas de conversa foi obtido graças à mediação de uma das moradoras dessa comunidade, que conseguiu o consentimento do empréstimo do local, para fazermos as rodas de conversa. Essa instituição era nomeada pela comunidade por CAPA (Centro de Capacitação da Pedagogia do Amor) e ficava bem próxima à ocupação.

A primeira roda de conversa presencial foi em agosto e a última aconteceu em dezembro de 2023. Os encontros foram realizados no período vespertino, no contraturno das aulas do curso de Direito. Os temas das palestras e a mediação dos debates foram protagonizados por discentes extensionistas, fato que fortaleceu bastante na construção de laços entre estudantes e comunidade.

Tal experiência foi muito diferente da anterior. Além da presencialidade, estávamos diante de mulheres da comunidade, acompanhadas de suas crianças. A experiência da primeira roda de conversa presencial mudou completamente o modo como preparamos os próximos encontros. Pensando na preservação das rodas de

---

<sup>6</sup> A psicóloga Christine Ramos Rocha (registro CRP09/4346) tem atuado como representante do CREAS, na parceria com o Projeto Diálogos Feministas. Temos um documento (carta de aceite) que oficializa o consentimento e ciência da instituição.

conversa como ambientes seguros e acolhedores, tomamos a precaução de nos dividimos em duas frentes: uma ficou responsável pelo atendimento às mulheres inscritas e a outra, ficou responsável pelas crianças, para que assim, as participantes não se sentissem constrangidas em falar, por estarem perto de suas crianças e também para evitar que elas ficassem impedidas de participar, por causa dos cuidados exigidos pela maternidade.

De lá para cá, temos nos preocupado não somente com a formação feminista da comunidade, mas também com a programação recreativa com as crianças. Tivemos que planejar e organizar muito mais do que tínhamos imaginado originalmente, ou seja, cada roda de conversa precisou ser minuciosamente preparada logo na sequência daquela que estava sendo encerrada, para termos tempo hábil de preparar tudo. Por exemplo, precisamos melhorar o nosso *script*, para contemplar o passo a passo, incluindo o sorteio de brindes<sup>7</sup>, o quebra-gelo (brincadeiras e dinâmicas reflexivas), as rodas de conversa, as atividades com as crianças, o momento do lanche<sup>8</sup> e o encerramento.

Dentre os temas, em geral, abordamos sobre as leis protetivas voltadas às mulheres, com ênfase na Lei Maria da Penha, discutimos sobre a cultura da violência em perspectiva antropológica, explicando como incide o Ciclo da Violência Doméstica e Familiar e, ainda, incluímos a pauta do rompimento da espiral de violência, para a superação definitiva das violências no ambiente doméstico. Como resultado, as rodas de conversa puderam ser aplicadas como estratégia dialógica emancipatória, possibilitando-nos fazer a aplicação de epistemologias feministas e apresentação de Leis Mulheristas brasileiras.

Certa vez, em nossa primeira roda de conversa na comunidade *Alto da Boa Vista*, nós fizemos uma dinâmica de grupo com as participantes. Nós colocamos um

---

<sup>7</sup> O sorteio de Brindes foi uma ideia que surgiu entre nós, para incentivar a frequência das participantes. Essa prática se tornou rotineira e foi um sucesso entre as participantes. Os itens brindados eram artigos doados ou comprados em lojas de utilidade doméstica, com recurso financeiro de “vaquinha,” com arrecadação de discentes extensionistas e pessoas voluntárias.

<sup>8</sup> Em nenhum momento recebemos recurso financeiro da universidade para os custos com o projeto. A compra do lanche (suco, refrigerante, quitanda, pão, bolo, geladinho, picolé, etc) foi obtida por meio de doação de discentes, mães e pais de discentes e algumas professoras e professores do câmpus. Essa foi uma grande barreira que tivemos que enfrentar para a realização dos encontros com a comunidade, porque a comunidade estudantil da UEG é formada, em sua maioria, por discentes negras/os, pardas/os e de classe média baixa e baixa. Era nítido o esforço dessas equipes de estudantes extensionistas, que sequer almoçavam para ir para às atividades do projeto, porque emendavam o horário das aulas (matutino) e ficavam direto no câmpus, para a ida à comunidade, que acontecia no período vespertino, lembrando que no nosso campus não há Restaurante Universitário. Confesso que minha preocupação com o lanche incluía também o desejo de alimentar toda a equipe extensionista durante nossos encontros, para que ninguém ficasse com fome. Sinto-me indignada com o fato da Universidade exigir a obrigatoriedade das horas dedicadas à Extensão Universitária, mas não oferece condições para a sua execução às alunas/os/es, professoras/es e comunidade envolvida.

forro no chão e sobre ele, espalhamos vários objetos sobre esse tecido. As mulheres estavam sentadas em círculo e os objetos estavam posicionados no centro dessa roda. Então eu pedi que cada uma delas pegasse um objeto, por livre escolha e assim elas fizeram. Logo depois, eu pedi que cada participante se apresentasse e explicasse o porquê da escolha daquele objeto. Uma das participantes nos explicou que havia escolhido dentre os objetos uma bucha de lavar louça, mas que sentiu vontade (e desistiu) de ter escolhido o batom que também estava entre os artigos. Foi aí que ela argumentou que desistiu de se enfeitar e, por mais que gostasse do batom, ela tinha aprendido que isso era besteira. Teve uma outra participante que falou que sentiu vontade de pegar um espelho que estava naquele círculo, mas que ficou desencorajada porque ela se lembrou de que há muito tempo ela não se via na frente de um, porque tinha medo de se olhar. As falas delas, uma a uma, nos revelaram o quanto elas tinham a autoestima abalada. Elas se achavam feias e não se valorizavam. Com a ajuda das equipes extensionistas e da psicóloga (que nos acompanhava), nós pudemos fazer uma intervenção e acolhemos os relatos com profundo respeito a elas.

Cada roda de conversa foi tida como chance de interlocução. Buscamos estimular suas participações e permitimos o máximo de participação possível. Houve vezes que mudamos o conteúdo do que havíamos planejado como tema, para nos adequar ao que elas desejavam falar. Por fim, pudemos vivenciar muitos momentos de aprendizagem com elas.

Ao final dessa edição, durante o período de avaliação do projeto, fizemos um levantamento com a comunidade (a participação foi facultativa), tendo como campo investigativo tentar compreender quais eram as percepções delas sobre a violência doméstica. Como método de análise, adotamos a modalidade roda de conversa e aplicação de 15 questionários fechados. Dentre as respondentes, pudemos apurar que a maioria confirmou ter sofrido violações de direitos humanos e violência doméstica e familiar em algum momento de suas vidas, por exemplo, e 86,7% delas confirmaram que já haviam sofrido violência psicológica e 46,7% admitiram ter sofrido violência física de seus companheiros ou ex-companheiros. Esses resultados pesaram sobre a responsabilidade da nova edição e reforçaram o nosso desejo de continuar com as ações do projeto.

Diante disso, encerramos as ações com essa comunidade no mês de dezembro de 2023, de maneira festiva, com a criação de um evento chamado “Meu brilho ninguém apaga”, com foco no protagonismo e na autonomia, para uma vida sem

violências. Também pudemos reforçar sobre a importância dos canais de denúncia, para o rompimento definitivo do ciclo de violência doméstica e familiar. Por fim, elas também tiveram espaço para falar sobre suas experiências com projeto. Foi um momento de celebração sobre os encontros que tivemos para a troca de experiências, saberes e acolhimentos, além dos afetos e laços ali construídos.

Nesta terceira edição<sup>9</sup> (2024), nosso público alvo tem sido mulheres da comunidade Quilombola (quilombo urbano) situada num bairro afastado do centro de Aparecida de Goiânia. Recebemos a autorização da dona Lúcia, presidenta do Centro Cultural Quilombola, para utilizarmos as instalações do Centro de Convivência de sua comunidade. O projeto está sendo aplicado com o mesmo formato, com um total de 46 discentes extensionistas, desse total, três discentes são bolsistas. O número de vagas para a comunidade externa se manteve o mesmo, ou seja, são 40 vagas de inscrição.

Geralmente quem participa do Projeto Diálogos são alunas/os/es matriculadas/os/es (ou ex alunas/os/es) da disciplina Antropologia Jurídica. É nessa disciplina que tentamos aguçar os temas e a conscientização sobre a cultura do machismo, propondo o convite de intervenção no mundo (Paulo Freire, 2022), pela ação extensionista.

Como essa terceira edição está em curso, estamos criando uma nova comissão para as ações do projeto, com a criação de uma frente de pesquisa. Nesse ano, pretendemos avançar nesse campo, com o intuito de coletar mais dados e analisar melhor sobre as aspirações dessa comunidade que está nos acolhendo. Isso será feito como uma proposta de devolutiva, para a criação de mais uma ferramenta que sirva como canal de escuta, com critério mais científico e sistematizado.

Por fim, analisando as três edições, percebo que esse projeto tem nos ajudado a nos confrontar, para não sermos neutras e neutros. A contribuição da Antropologia é de grande relevância na formação de alunas e alunos do curso de Direito e, conseqüentemente, na minha inquieta formação como professora antropóloga.

No entanto, sem querer romantizar esse trabalho, aproveito esse espaço etnográfico para registrar sobre o quão tem sido difícil lidar com um projeto extensionista sem nenhum recurso financeiro. Sentimos impotência. Sabemos que nossa

---

<sup>9</sup> Como esse texto está sendo escrito ao final do segundo semestre de 2024, o projeto está na fase de planejamento. Recentemente, no dia 19 de junho, fizemos uma Mesa Temática intitulada “Mulher, você pode ser o que quiser”, para fazermos o lançamento e abertura das inscrições do projeto, com a presença da dona Lúcia, como convidada à palestrante no evento. Após as férias de julho, iniciaremos em agosto, a primeira roda de conversa dessa edição.

intervenção não tem sido suficiente e que é preciso enredar ainda mais essas mulheres. Descobrimos que além das epistemologias feministas, das doutrinas jurídicas mulheristas e do esforço de discentes, nosso trabalho precisa de condições materiais e estruturais, como comida, água, suco, material impresso, material didático, tenda, etc.

Finalizando o texto, compartilho a esperança de que a extensão universitária seja cada vez mais reconhecida como uma expressão de alteridade. Se a nossa intervenção extensionista não tem sido suficiente, ela tem sido pelo menos relevante e significativa, pela sua proposta educativa e emancipatória.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 229, 2000. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 23 jun. 2024.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BRASIL. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)

CASTRO, M. G. Questionando gênero como ideologia: juventudes no Brasil e direitos sexuais e reprodutivos. **Juventude.br**, [S. l.], n. 17, p. 7–12, 2021. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/187>. Acesso em: 23 jun. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flávia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. tradução Stephanie Borges. São Paulo: Efevante, 2021.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo, políticas arrebatadoras**. Tradução Ana Luiza Libânio. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

VAZ, Livia Sant'anna, RAMOS, Chiara. **A justiça é uma mulher negra**. Belo Horizonte, MG: Casa do Direito, 2021.

